

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	NE	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixas e equivalente de caixa	4	4.920	3.753
Contas a receber de clientes	5	21.489	21.512
Valores a receber	6	5.562	6.071
Partes relacionadas	7	17.099	6.873
Despesas antecipadas	8	1.314	85
Outros ativos		2.738	2.574
Total do ativo circulante		53.122	40.868
NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		260	357
Imobilizado	9	19.216	19.425
Intangível	9	17.953	17.953
Total do ativo não circulante		37.429	37.735

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NE	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.598	2.586
Empréstimos e financiamentos	10	16.016	5.312
Obrigações tributárias		2.765	2.592
Tributos parcelados		455	731
Obrigações sociais e trabalhistas		4.604	6.372
Contas a pagar de partes relacionadas	7	9.906	5.408
Outros passivos		729	366
Total do passivo circulante		36.073	23.367
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	2.416	3.621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	885	588
Tributos parcelados		1.697	1.956
Total do passivo não circulante		4.998	6.165
TOTAL DO PASSIVO		41.071	29.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		43.343	43.343
Reserva legal		344	317
Reserva de lucros		5.793	5.411
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.480	49.071
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.551	78.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais							
NE	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total Patrimônio Líquido		
		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal			Retenção de lucros	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	12	9.022	22.558	317	7.248	-	39.145
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(1.842)	-	(1.842)
Aumento de Capital Social em espécie		11.763	-	-	-	-	11.763
Aumento capital com adiantamento		22.558	(22.558)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício:		-	-	-	-	5	5
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	5	(5)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	12	43.343	-	317	5.411	-	49.071
Lucro Líquido do Exercício:		-	-	-	-	536	536
Constituição de reserva legal		-	-	-	27	(27)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(127)	(127)
Retenção de lucros		-	-	-	382	(382)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	12	43.343	-	344	5.793	-	49.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					

1. Contexto operacional - A Consita Tratamento de Resíduos S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. A Companhia realiza serviços de limpeza pública urbana, manutenção e conservação de vias públicas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A Companhia constituiu, em dezembro de 2018, a empresa CTR Santa Luzia Tratamento e Disposição de Resíduos LTDA., com área de atuação no tratamento e disposição de resíduos não perigosos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 05 de abril de 2019. **2.2. Moeda Funcional** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de Estimativa** - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote pressupostos no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e pressupostos incluem a determinação da vida útil do ativo imobilizado e do intangível, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as pressupostos, pelo menos anualmente e seus efeitos são registrados no período em que essas estimativas são revistas. As informações sobre os julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente a políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre suas pressupostos e estimativas relevantes, estão assim reveladas: **(i) Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível** - Este cálculo é realizado de forma linear, de acordo com a vida útil de cada ativo. A Administração entende que tal estimativa reflete substancialmente a vida econômica dos bens. A vida útil é revisada anualmente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que essas estimativas são realizadas. **(ii) Avaliação dos instrumentos financeiros**: A Companhia revisa periodicamente, a sua estrutura de capital, considerando os custos de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. A administração confia que as técnicas de avaliação e pressupostos utilizados são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **(iii) Provisões**: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação final de cada período do relatório, considerando todas as incertezas relativas à obrigação.

3. Principais práticas contábeis - 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: Abrange contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos em títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança no valor. **3.2. Instrumentos Financeiros**: Os instrumentos financeiros registrados pela Companhia incluem aplicações financeiras, cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis. A administração destes instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Risco de liquidez – consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos em caixa suficientes para cumprir com seus compromissos em função da diferença de prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos. b) Risco de crédito – está associado à possibilidade do não recebimento, no vencimento, dos valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado aos valores a receber das operações. Este risco é atenuado pela concentração de suas operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado. c) Risco financeiro – é o risco de que o valor justo ou os fluxos futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela seja exposta somente a níveis considerados seguros e aceitáveis de risco, dentro do contexto de suas operações. **3.3. Imobilizado**: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado exercício pelos seus valores líquidos. **3.4. Avaliação do**

Valor Recuperável dos Ativos: Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de alguma perda do seu valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. A reversão da perda por redução ao valor recuperável e reconhecida imediatamente no resultado. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos**: O imposto de renda é calculado com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. No caso da Companhia, decorre do benefício fiscal de tributar os resultados de serviços prestados a órgãos públicos somente quando o recebidos. **3.6. Reconhecimentos de Receita**: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita referente a serviços, com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. **3.7. Normas que ainda não estão em vigor**: As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos de arrendamento operacional não canceláveis, no montante de R\$420, aproximadamente, contratados no curto prazo. Em uma avaliação preliminar, a Companhia verificou que, somente um arrendamento poderá estar sujeito a avaliação da nova norma. O contrato refere-se ao aluguel da sede no bairro São Gabriel em Belo Horizonte. Os demais contratos atualmente vigentes não atenderão à definição de arrendamento contida na IFRS 16. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	4.859	3.750
Aplicações financeiras	61	3
Total	4.920	3.753

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificado de depósito bancário remunerado à taxa de 94%. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Clientes a receber	13.391	12.590
Médicas a faturar	8.098	8.922
Total	21.489	21.512

O prazo de vencimento das contas a receber é como segue:

	2018	2017
A vencer	1.436	2.101
Vencidos há mais de 30 dias	983	630
Vencidos de 60 a 360 dias	1.948	-
Vencidos há mais de 360 dias	9.024	9.859
Total	13.391	12.590

O prazo médio de recebimento é de 45 dias.

6. Valores a receber - Os valores a receber são referentes às sociedades abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	NE	2018	2017
Receita líquida dos serviços	14	57.982	64.673
Custo dos serviços prestados	15	(48.862)	(57.006)
LUCRO BRUTO		9.120	7.667
Despesas gerais e administrativas	15	(2.111)	(1.847)
Outras despesas/receitas		(187)	(486)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.822	5.334
Receitas financeiras		87	85
Despesas financeiras		(6.076)	(5.366)
RESULTADO FINANCEIRO	16	(5.989)	(5.281)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		833	53
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(48)
Corrente		-	(48)
Diferido		(297)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		536	5
Lucro líquido por ação, em R\$		0,0136	0,0010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais		
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	536	5
Resultado abrangente total do Exercício	536	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	2017
Comercial Magalhães Junqueira Ltda.	-	5.499
Augusto Carlos Pereira	3.099	-
Jose Maria Meireles Junqueira	1.941	-
Agra Participações Ltda.	198	523
Outros valores a receber	324	49
Total	5.562	6.071

7. Partes relacionadas - As contas a receber e a pagar de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2018, corresponde respectivamente ao valor a receber da GERES de

9. Imobilizado e intangível - 9.1. Imobilizado

	2018	2017
Terrenos	180	-
Edifícios e outras construções	14.869	-
Maqui. Equip. Diversos	5.855	(5.706)
Veículos	15.991	(12.010)
Móveis e utensílios	90	(53)
TOTAL	36.985	(17.769)
Movimentação		
Terrenos	180	-
Edifícios e outras construções	11.427	-
Maqui. Equip. Diversos	6.538	93
Veículos	(191)	778
Móveis e utensílios	49	1
Imobilizado em andamento	1.422	2.020
TOTAL	19.425	2.892

O saldo adicionado, em imobilizado em andamento de R\$2.020 corresponde as despesas com investimento em benfeitorias nas instalações do Aterro Sanitários de Santa Luzia. **9.2. Intangível**:

	2018	2017
Mais-valia	2.325	2.325
Goodwill	15.628	15.628
Total	17.953	17.953

O saldo apresentado de Mais-Valia e Goodwill é proveniente da incorporação da empresa CZAR Serviços Ambientais S.A.

10. Empréstimos e financiamentos - Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro, são os seguintes:

	Taxas %	2018	2017
Capital de Giro			
Banco ABC	4,35%+CDI	5.000	-
Banco Daycoval	5,54%+CDI	2.401	-
Banco do Brasil	3,05%+CDI	305	-
Banco do Brasil	3,97%+CDI	500	1.000
Banco Itaú	5,53%+CDI	4.000	-
Banco Safra	20,98%	-	1.667
Banco Semear	10,03%+CDI	3.500	1.800
Total		15.706	4.467

Operações Fimane

	2018	2017
Banco do Brasil	5,60%	67
Banco Volkswagen	13,31%	2.529
Banco Volkswagen	3,00%	-
Banco Itaú	2,50%	-
Banco CNH Capital	2,50%	-
Banco Bradesco	11,75%	130
Total		2.726

Total

	2018	2017
Circulante	16.016	5.312
Não circulante	2.416	3.621
Total	18.432	8.933

Cronograma de vencimentos:

	2018	2017
ANO		
2019	16.016	-
2020	2.024	-
2021	168	-
2022	224	-
Total	18.432	8.933

Os empréstimos obtidos pela Companhia não possuem cláusulas de covenants; os de capital de giro estão garantidos por aval da Administração e as Operações FIMANE pelos bens/ equipamentos financiados.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil. O valor diferido, em 31 de dezembro de 2018, é resultado dos serviços faturados, mas ainda não recebidos, de órgãos governamentais.

	2018	2017
Impostos diferidos passivos		
Prefeitura Municipal de Timóteo	576	576
SLU - Superintendência de Limpeza Urbana	275	-
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	61	-
Prefeitura Municipal de Contagem	245	-
Total	1.157	576

Impostos diferidos ativos

	2018	2017
Provisão para contingência	12	(12)
Prejuízos fiscais	260	-
Total	272	(12)

Impostos diferidos passivos, líquidos

	2018	2017
12. Patrimônio líquido - O Capital Social atual da Companhia é de R\$ 43.343.015,75 (quarenta e três milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinze reais e setenta e cinco centavos), representado por 39.488.854 (trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e oitocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias,		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	NE	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		536	5
Depreciação e amortização	9	2.858</	